PREFEITURA DE SÃO PAULO

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE ANHANGUERA

Dia 30 de Novembro de 2025, domingo, das 10h00 às 13h00

Refúgio de Vida Silvestre Anhanguera – Avenida Fortunata Natucci Tadiello, 2000 (antiga Estrada de Perus, 168) - Perus, São Paulo – SP

ATA redigida por Larissa Scavassa Darioli e Maurício de Alcântara Marinho - DGUC/CGPABI/SVMA

Conselheiro(a)s Presentes RVS Anhanguera:

Sociedade Civil	
Nome do frequentador(A)	**Titular/ Suplente**
Dsordes Benedito Marcondes	Titular
Sandra Boer Taets	Titular
Daiana Faustino Moura	Titular
Joaniro Amancio Pereira	Titular
Entidade/Coletivo - Representante	
Poder Público	
Instituto Embu de Sustentabilidade – Marco Antonio de Souza Martins	Titular
Associação Comunidade Cultural Quilombaque – Cleiton Ferreira de Souza	Titular
Sociedade Civil	
Maria Ivone da Silva	Suplente
Mariana Sousa Silva	Suplente
Sirlei Bertolini	Suplente
Luisa Silva Rafacho	Suplente

Poder Público	
Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - CGPABI - DGUC: Maurício de Alcântara Marinho	Titular
Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - CGPABI - DGUC: Marcelo Freire Mendonça	Suplente
Subprefeitura de Perus: Paulo de Oliveira Pereira	Suplente
SVMA – Trabalhadores do RVS Anhanguera: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Chaves	Titular
Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – DFS: Felipe Almeida Lucato	Titular
Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – DGPU: Valter José de Lima	Titular
Secretaria Municipal de Segurança Urbana- José Carlos da Silveira Bastos	Titular
Demais ouvintes	
Thaline Nunes Rocha	Munícipe
Lívia Santos Dorigo	Munícipe
David Tegangno	SP Regula
Carlos Bezerra	LOGA
Mauro Nieri	SP Regula
Daniela Justino	NEA / DC / SME
Grasielle Oliveira	IES / Suplente RVS
Sérgio Novita	SVMA / CGPABI / DFS
Maria Alice Fagundes	CADES Perus IPPA

CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

A lista de presença e o registro fotográfico dessa reunião encontram-se anexados a este documento, nos Anexos I e II, conforme orientado pela Portaria Municipal n° 049/SVMA.G-AJ/2020.

PAUTAS DO DIA

1. Aprovação da ATA da 8ª reunião conjunta ordinária;
2. Apresentação do empreendimento Unidade de Recuperação Energética (URE) Bandeirantes e encaminhamentos do Conselho;
3. Informes Gerais.

Maurício Marinho, presidente do Conselho inicia a reunião, cumprimentando as pessoas presentes e abre a 9ª (Nona) Reunião Ordinária do Refúgio de Vida Silvestre – RVS Anhanguera, se apresentando ao Conselho, falando sobre sua experiência no planejamento e gestão de áreas protegidas e a participação na coordenação do Plano de Manejo do RVS Anhanguera, que reúne o volume principal e o caderno executivo, destacando a importância do plano de manejo, do Conselho Gestor e da gestão do Refúgio, sob responsabilidade da Divisão de Gestão das Unidades de Conservação, mencionando a presença na reunião, da diretora, Anita Martins.

Em seguida, Maurício solicita às/aos conselheiras/os para que façam uma rápida apresentação, citando nome e entidade/instituição.

Após a apresentação das/os conselheiras/os presentes, Maurício explica sobre as recentes substituições de representantes de órgão públicos, incluindo a Subprefeitura de Perus e na SVMA, esclarecendo que a lista de presença está atualizada. Comenta que o Conselho Gestor do Refúgio possui 8 representantes da sociedade civil e 8 de órgãos públicos.

Solicita dar continuidade e avisa sobre a substituição dos participantes da subprefeitura de Perus, com nova nomeação e outras substituições da portaria da SVMA. Comenta que o Conselho Gestor do Refúgio é o maior por ter oito conselheiros do poder público e do conselho civil.

Márcio, ouvinte, perguntou por que a Cyra saiu do Conselho.

Maurício responde que a saída dela do Conselho não passou por uma decisão técnica, reforçando que a maior parte das unidades de conservação possuem conselhos, sendo a gestão do Refúgio e de mais 13 (treze) unidades de conservação, feita pela Divisão de Gestão de Unidades de Conservação, envolvendo sete parques naturais, duas APAs, duas Reservas de Patrimônio Natural, um RVS, uma Floresta Municipal (FLOMU) e um Monumento Natural (MONA), sendo a FLOMU Castanheiras e o MONA Pico do Botussununga/Morro do Cruzeiro recentemente criados, havendo a perspectiva de ampliação e criação de unidades de conservação e parques, a partir dos decretos de utilidade pública, assinados em 2024.

Maurício comenta sobre a minuta da ata da 8ª Reunião, elaborada pela Presidenta anterior do Conselho, que será enviada às/aos conselheiras/os, por e-mail e basicamente abordou o projeto de mobilidade ativa na Estrada de Perus, envolvendo os cuidados com o tráfego, redução de velocidade, acesso de ciclistas e pedestres, travessia de fauna e outros aspectos. Na referida reunião, destacou a solicitação da conselheira Sirlei sobre a necessidade de apresentação do empreendimento da Unidade de Recuperação Energética (URE) Bandeirantes, estudo de impacto ambiental que foi analisado por diversas divisões técnicas da SVMA e que resultou em relatório técnico enviado na última sexta-feira, 28/11/2025, ao Conselho. Trata-se de empreendimento da SP Regula, previsto para execução pela concessionária Loga, envolvendo o recolhimento, tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos. Solicita ao representante da Loga para que realize a apresentação do empreendimento e que as questões sejam anotadas e expostas ao final da apresentação para esclarecimentos. Posteriormente será realizada a exposição do relatório técnico enviado ao Conselho e que analisa o empreendimento.

Mauro Hadad, representante da Prefeitura e diretor da SP Regula, agência reguladora de serviços delegados do município de São Paulo, incluindo contratos de resíduos, explica que a agência faz a gestão e fiscalização dos serviços dos cemitérios, da iluminação pública, dos contratos de resíduos e de alguns mercados concedidos. O papel da SP Regula é “regular” os setores e contratos, envolvendo o “Mercadão”, o mercado de Santo Amaro fazendo a gestão

dos contratos. Os contratos de coleta foram assinados em 2004, por vinte anos, e dois anos antes existia a previsão para estudo para novos contratos. Tal estudo foi submetido e aprovado pelo Tribunal de Contas. Os contratos foram renovados em junho de 2024, por mais vinte anos e preveem para os próximos vinte anos a operação e novos investimentos. Para uma cidade de 12 milhões de habitantes, que em média gera 1 kg de lixo por dia, o que dá 12.000 toneladas de resíduos por dia. Comenta sobre o Aterro Bandeirantes, que recebeu parte desses resíduos por muitos anos, hoje desativado. Desde a desativação, os resíduos são destinados para um aterro em Caieiras, pagando transporte e destinação, emitindo gás de efeito estufa no transporte. A ideia é ter segurança para tratar na cidade de São Paulo os resíduos gerados na cidade.

Segundo Diretor da SP Regula, o modelo proposto que garante maior segurança é o de Ecoparques, áreas que vão fazer vários tipos de tratamento e valorização de resíduos, com tecnologia, gerando energia e trazendo segurança ambiental. O primeiro marco do contrato foi a universalização da coleta seletiva, alcançando em outubro de 2024, 100% das ruas da cidade. O projeto está de acordo com o Planares – Política Nacional de Resíduos Sólidos, envolvendo educação ambiental, a reciclagem e a valorização, naquilo que é possível.

Mauro comenta sobre a coleta de vidro, que possui baixo valor agregado e que é totalmente reaproveitado na reciclagem. A separação dos resíduos envolve o retrofit (modernização) das duas centrais mecanizadas, que vai aprimorar a separação e qualidade do material coletado e que é destinado às cooperativas, hoje envolvendo 29 cooperativas de catadores e 1500 pessoas que recebem o material, além de outros 30 grupos ainda não habilitadas. No momento a SP Regula está em fase de licenciamento dessas novas tecnologias, justificando a escolha do Aterro Bandeirantes, diante das dificuldades de área, adensamento urbano e o fato da área já estar impactada, com licenciamento ativo e monitoramento por meio da concessionária. No processo de licenciamento, a fase atual é de conversar com a população, envolvendo o Conselho do Refúgio, o Cades Perus e a audiência pública, prevista no âmbito do processo de licenciamento.

Mauro argumenta que a SP Regula estudou e está apresentando para a cidade de São Paulo aquilo que é melhor para as pessoas, com segurança pessoal e ambiental, um modelo que é apresentado no mundo todo como alternativa às mudanças climáticas, que reduz gás de emissão e impacto ambiental, garantindo segurança. Em seguida convida o representante da Loga para apresentar o empreendimento Ecoparque Bandeirantes.

Sirlei Bertolini, conselheira suplente de frequentadores, comenta que a SP Regula escolheu o lugar de implantação e quando foi feito o Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos de São Paulo e que foi definido que essa área seria destinada à criação de em um parque urbano e que uma vez já tentaram instalar o Ecoparque em Perus, incluindo o incinerador, e os moradores negaram a proposta. Na época houve uma participação pública e agora não.

Mauro responde que o Plano Diretor do município, com a criação do Ecoparque na região, prevê a criação, mas não define a área, e que o mesmo prevê a criação de um parque na finalização do empreendimento.

Márcio comenta que nos Estados Unidos foram fechados mais de 100 incineradores similares ao projeto da URE Bandeirantes, sendo rebatido por Mauro. Destaca, ainda, que uma vez que o prefeito gosta de transparência, o assunto em pauta poderia ser mais debatido. Taís comenta que gostaria que houvesse mais diálogo sobre o assunto porque, sendo interesse dos moradores que seja assegurado o tempo para que todos falem.

Anita propõe que a empresa Loga apresente o empreendimento e depois seja aberta a inscrição para as falas de conselheiros e moradores interessados.

Carlos Bezerra, representante da empresa Loga, apresenta o intuito da empresa, que a infraestrutura envolvida na coleta de 6.000 toneladas de lixo por dia na cidade de São Paulo, envolvendo 3.000 trabalhadores e 400 caminhões de coleta e carretas, transbordos e estações de transferência. Comenta que parte das 6.000 toneladas/dia de resíduos ainda será

enviado para o aterro sanitário de Caieiras e o que for para o Aterro Bandeirantes será tratado e valorizado no projeto do Ecoparque.

Em seguida, apresenta um vídeo sobre o projeto Ecoparque Bandeirantes, que demonstra cada uma das tecnologias envolvidas. Reforça que no Aterro Bandeirantes encontram-se em operação uma térmica à biogás e uma autoclave, sendo a manutenção do aterro feita pela Loga. Explica que o projeto prevê a operação de: pequena estação de geração de energia solar (2,5 MW); a unidade de triagem e reciclagem; a unidade de recuperação de energia (URE); o biodigestor; o pátio de compostagem; uma e outros equipamentos.

Comenta que parte das 6.000 toneladas/dia de resíduos ainda será enviado para o aterro sanitário de Caieiras e o que for para o Aterro Bandeirantes será instalada uma central mecanizada de triagem de resíduos, com a separação e reciclagem do que for possível. O restante do material será separado em três partes: em três partes: a compostagem, que irá para jardins; a biossecagem, retirando a umidade e destinada para a URE (Unidade de Recuperação Energética); e outra parte dos orgânicos, destinada para a biodigestão e geração de biogás e o biometano. As indústrias poderiam substituir a energia advinda de origem fóssil por renovável, além do biometano, usado em indústrias e caminhões e o que não tiver mais o que aproveitar será enviado para URE, garantindo a geração de energia elétrica. A área do Parque Urbano, prevista para ser criada, com área de cerca de 30 mil metros quadrados e no futuro a área como um todo, após o término da operação do empreendimento.

Comenta sobre as tecnologias em operação no aterro: a termelétrica à biogás e o autoclave onde é feito o tratamento de resíduos de serviços de saúde. Apresenta um diagrama sobre as novas tecnologias previstas no Ecoparque: 1) a triagem da reciclagem; 2) a URE; 3) biodigestor; 4) tratamento de resíduos de saúde; 5) biossecagem e compostagem; e 6) manutenção e acesso as carretas, centro de pesquisa e treinamento. Com relação ao acesso de veículos, somente será utilizado o acesso pela Rodovia Bandeirantes.

A partir de pergunta de participante, Carlos explica que os resíduos destinados ao Ecoparque serão oriundos da área noroeste da cidade. Com relação aos impactos previstos: não haverá trânsito na comunidade; o ruído será abaixo dos níveis legais; o odor será zero; a operação será totalmente confinada, com pressão negativa; os particulados serão abaixo do nível; e as emissões atmosféricas serão controladas, atendendo aos padrões que, em São Paulo, são os mesmos da Europa. Quanto aos resíduos serão utilizados sensores óticos, garantindo maior eficiência na separação de recicláveis, garantindo o cumprimento da meta 6 do Planares e também o atendimento da meta 7, que envolve a biossecagem e compostagem, além do sistema de biodigestão, produzindo biogás.

Carlos explica sobre o funcionamento de uma URE que visitou em Bressia, na Alemanha, próximo a Milão, que começou a operação em 1998 e depois continuou em 2004, apresentando três linhas na mesma quantidade prevista da URE Bandeirantes. Fez distinção entre um incinerador, que faz o processo de combustão e que muitas vezes não tem muito controle, e a URE, que exige um processo de alto controle e eficiência na emissão de gás superior, reuso de água, separação de cinzas pesadas que podem ser utilizadas para pavimentação, cinzas leves que vão para o aterro licenciado, resíduos com redução de até 10% ou menos a quantidade devido a eficiência na combustão e geração de energia elétrica renovável. O material destinado à URE passa por um processo de combustão controlada, envolvendo um sistema de controle de queima e aproveitamento do calor para geração de energia. Em seguida o material passa por um processo de filtragem (filtro de manga) e tudo que sai de gás é controlado, de acordo com a Resolução SMA 079 da Cetesb. Comentou sobre um sistema de monitoramento previsto na URE, que será ligado à Cetesb e quando e caso aconteça algum problema, o travamento automático é acionado.

Foi levantado, por alguns participantes da reunião, o caso de acidente ocorrido na URE localizada em Joinville e Mauro citou que não dá para comparar a planta de Joinville, que envolve um sistema em desenvolvimento, com o previsto e que reúne tecnologia consolidada,

com fornecedores que possuem plantas em operação. Destaca que a URE Bandeirantes utilizará a tecnologia que envolve mais de 1.000 unidades implantadas ao redor do mundo.

Carlos faz uma comparação das tecnologias dos incineradores e de uma URE: 1) incinerador com tecnologia ultrapassada e sem controle adequado; combustão irregular e alimentação com precisão limitada, sem tratamento eficiente de gases e cinzas misturadas que serviam apenas como destino final; transparência questionável na operação e controle; 1) URE com automação industrial de última geração e com sensores monitorando tudo em tempo real; combustão estável e controlada com ajustes automáticos para garantir máxima segurança; ausência de odor; alimentação totalmente automatizada, garantindo regularidade no processo; sistema completo e eficiente de tratamento de gases e remoção de poluentes; cinzas separadas na origem, sendo grande parte reciclada na construção civil; geração de energia elétrica limpa; redução de volume dos resíduos destinados para o aterro; contribuição para a transição ambiental e energética; monitoramento público feito diretamente com o órgão ambiental, localizado na frente da unidade para todos possam ver; e previsão de centro de educação ambiental aberto à comunidade.

Com o fim da apresentação, Maurício e Anita abrem as inscrições para esclarecimentos, sendo acordo a fala inicial de conselheiras/os e na sequência para demais participantes da sociedade civil e órgãos públicos.

Anita pede para que seja estabelecido um tempo de um minuto e meio para cada inscrito e que cada pessoa fale seu nome e a entidade que representa.

Sirlei questiona como a SP Regula determinou o local de implantação do empreendimento, considerando que no Plano de Sólidos em Perus a destinação para um incinerador foi descartado, sendo garantida a conversão da área em parque urbano no Aterro Bandeirantes, destacando que a decisão de destinar o aterro para o incinerador foi arbitrária e sem consultar a população. Também reforçou que o atendimento de coleta nas ruas já era um compromisso há mais de 20 anos da Loga.

Cleiton, representante titular da Associação Quilombaque, diz que a comunidade tem preocupação com a instalação de URE no território, e questiona o processo da saída da Cyra Malta e a entrada, há duas semanas, de um novo presidente e que aparece com um relatório na reunião, enviado por e-mail na sexta-feira anterior à reunião para avaliação do Conselho. Reivindica que haja mais tempo para essa análise, ainda mais considerando que a Loga apareceu em reunião Conselho, já foi convidada outras vezes e nunca compareceu, nunca deu satisfação. Manifesta sua indignação na falta de diálogo com a comunidade. Questiona o porquê de só a periferia ser escolhida para instalar esses equipamentos e se é um equipamento que não polui, por que ser destinada para a região de Perus, sendo que a maior parte do lixo que vem de outras regiões e considerando que Perus já contribuiu com a cidade no recebimento de resíduos por 27 anos. Destaca que o lugar é muito delicado e sensível, que faz parte do Cinturão da Biosfera da Cidade de São Paulo, com a presença do Refúgio de Vida Silvestre e aldeias indígenas, com presença dos últimos resquícios de Mata Atlântica e que haverá poluição do ar.

Carlos responde aos dois Conselheiros que a localização do empreendimento foi feita a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a partir da avaliação das alternativas locacionais, que indicou a área mais adequada. A avaliação dos lugares apresenta prós e contras e a logística do aterro é “fantástica”. O Aterro Bandeirantes é suficiente para suportar as tecnologias previstas e já conta com um processo de tratamento dos resíduos e uma térmica à biogás e a Cetesb fez avaliações e contribuições para concluir a escolha da localização. Acrescenta que a implantação do parque continuará e já foram plantadas 19 mil árvores, havendo previsão para plantio de mais 25 mil mudas no processo de encerramento do aterro sanitário. Além disso está prevista a criação e implantação de um novo parque, em área entre o Aterro Bandeirantes e a Rodovia dos Bandeirantes. No encerramento da URE está prevista a implantação do parque completo. Falando da URE existem dezenas de unidades na Europa e mais de mil na China.

Maria Ivone, conselheira suplente de frequentadores comenta que faz trabalho com educação ambiental e é moradora do bairro Morro Doce e comenta que os moradores sofreram muito com a questão do lixo. Fala de sua preocupação com a falta de fiscalização, mesmo sendo um trabalho de primeiro mundo. Expressa que “não queremos conflito, queremos qualidade de vida, somos periferia e nós precisamos ter uma vida digna”.

Anita retoma a pergunta de Sirlei e pede para Mauro Haddad responda à questão sobre a retirada da URE do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do município e ele confirmou que o plano e havia a previsão dos ecoparques e essa tecnologia entrou ao longo dos estudos e que existem outras áreas para implantação de tecnologias similares em outras unidades e que estão sendo licenciadas.

Anita então explica as pessoas presentes que a Cyra não foi exonerada, é servidora de carreira da Prefeitura e a decisão não partiu da área técnica. Comenta que o relatório enviado ao Conselho foi feito de forma técnica, analisando o estudo e sugere medidas para mitigar os impactos e para compensar de acordo com o que a legislação prevê. Complementa que a servidora continua realizando os trabalhos técnicos na Divisão e no Refúgio e acompanha todas as ações de restauração.

Tiago de Andrade, gestor de equipamento público I, complementa que o relatório apresentado na última sexta-feira foi uma ideia e que os Conselheiros podem contribuir com propostas. Anita diz que é o relatório traz uma análise técnica, formulado por técnicos que gerem Unidades de Conservação e o objetivo é a conservação da biodiversidade.

Luísa Rafacho, conselheira suplente de frequentadores, inicia sua fala afirmando que é uma questão política, e falando sobre tecnologia, comenta sobre a tecnologia social, “que não tem nada a ver com que foi apresentado. Destaca que “se trata de uma grande farsa marcada pelo capitalismo verde, porque não querem um incinerador aqui e haverá sim a queima de lixo em nosso território”. Comenta que também conhecem a parte técnicas e que o relatório é contraditório ao afirmar: “a URE corresponde a área diretamente afetada e se

localiza a menos de 500 metros de distância do RVS" e isso diz respeito a Zona de Amortecimento do próprio Refúgio.

Sobre o investimento de 1,5 bilhão em tecnologia, Luísa sugere que esse recurso seja investido nas cooperativas, em plantar árvores e na potencialidade que o território tem em termos ambientais. "Esse empreendimento não é bem-vindo no território. São Paulo tem um grande problema sim e manda lixo até para outras cidades e isso não é uma tecnologia. Queremos fazer outro tipo de tratamento que não é isso e queremos fazer outro tipo de tratamento de resíduos que não é esse e enfrentamos uma crise climática e esse empreendimento não favorece isso, afinal estamos ao lado de um Refúgio de Vida Silvestre".

Sandra Taets, conselheira titular de frequentadores, concorda em ter o incinerador, e há estudos para que ocorra um ar mais limpo e esses projetos só têm a trazer benefícios, e reitera que é a favor do empreendimento.

Daiana Moura, conselheira titular de frequentadores, comenta que mora há 25 anos na região e parabeniza o projeto porque vai gerar empregos, há *fake news* sobre as informações. E para quem quer trabalhar, vai ter empregos. Passava pelo aterro e encontrava morador de rua fazendo queima e pessoas fazendo baderna, o projeto vai ser ótimo e São Paulo precisa de tecnologia. No Parque colocaram pista de corrida e ciclovia, e as pessoas precisam de parques, e a população gostou da criação do projeto.

Maria do Perpétuo, representante titular de trabalhadores, concorda com o que Daiana falou e comenta que projeto vai gerar empregos para a população.

Joaniro Pereira, representante titular de frequentadores agradece a participação da Loga e pede paciência de todos, agradecendo a empresa, lembrando uma audiência pública por ocasião mudança do palácio do governo para a praça Princesa Isabel.

Mariana Silva, representante suplente de frequentadores parabeniza o projeto.

Marco Antônio Martins, representante titular do Instituto Embu de Sustentabilidade inicia sua fala contando que é gestor ambiental e trabalha e vivencia essa região há muito tempo e participou do Plano Diretor do município e a discussão sobre resíduos sólidos, e ouvindo o que está sendo trazido pela população, aborda sobre a vivência do processo de licenciamento ambiental. No sentido de contribuir com a análise do empreendimento, comenta sobre o EIA/RIMA que é bem abrangente e sobre o início do compromisso de ouvir a comunidade que é um processo importante, uma vez que a comunidade de Perus vivenciou e sofreu muito com o aterro sanitário. Por isso é importante que a Loga traga respostas com mais clareza para a população. Os impactos ambientais são diretamente ligados ao tamanho da população e é inversamente proporcional às tecnologias e isso tem que ser balanceado. Perus têm e sofre impactos da atual forma que o lixo é tratado e se manifesta a favor da tecnologia, porque traz alento e soluções que enxerga, porque a forma como é tratado o lixo hoje é equivocada, destacando a meta de trazer mais reciclagem, mais compostagem e diminuir para 10% do volume do lixo disposto no aterro.

Pergunta qual o objetivo e como o empreendedor vê o aumento da taxa de reciclagem, buscando levar para a URE o mínimo possível. Pergunta sobre a geração de energia pela usina fotovoltaica. Comenta sobre um projeto que conheceu na Alemanha, que possui muita transparência dos indicadores e se estamos falando na redução de taxa de emissão, odor zero, como será o processo de governança do Ecoparque com a região de Perus. Falando sobre economia local, pergunta como está sendo trabalhado no EIA a geração de benefícios, o valor de compensação.

Carlos, da Loga, responde que a termelétrica à biogás no aterro sanitário de Caieiras possibilitou o estímulo à economia local, por meio de projetos sociais e geração de empregos, com a contratação de pessoas da região. Comenta que alguma especialidade, obviamente, tem que ser de fora incluindo profissionais de fora país, devido a tecnologia importada. Destaca a importância de trazer equipamentos consolidados e que funcionem bem. Não dá para falar de quantidades. Sobre o Ecoparque explica que a proposta é envolver os moradores

e viabilizar a capacitação profissional. A educação ambiental e o treinamento são feitos pela Loga e pelo grupo Solví; a potência produzida chega em torno de 29 megawatts (MW) de energia elétrica renovável, por conta da questão climática, havendo redução substancial do gás do efeito estufa. Está previsto um programa de incentivo para catadores em Perus, pois o que vai para a URE é aquilo que não se pode aproveitar. O "Planares" exige que o Brasil gere 998 MW de energia nas UREs. Sobre a compensação ambiental explica que a Cetesb define os valores. Comenta sobre a automação do sistema e quando um componente começa a se aproximar do máximo o sistema melhora a combustão e o aumenta o nível de reagentes. Explica sobre a previsão de uso da inteligência artificial para melhorar o processo e que a maior preocupação nessas plantas é garantir a manutenção, evitando a paralisação do processo e por isso é que está previsto um sistema de intertravamento, onde a Cetesb entra no detalhe, principalmente na Licença de Instalação (LI).

Anita abre novamente as perguntas, agora voltadas para demais participantes da reunião.

Mário comenta que a Loga está em São Paulo, tratando o lixo há 20 anos e não passou de 2 a 3% de reciclagem e levou 20 anos para atingir 130%, o que não é nada e comenta que "é uma vergonha o que a Loga e a Prefeitura estão fazendo na cidade". Questiona o recurso de 1,5 bilhões de reais para investimento na obra e questiona "Por que a Prefeitura não investe nas cooperativas de catadores, que hoje são 30 cooperativas, que são sofríveis, argumentando eu os catadores serão prejudicados. Se houvesse um investimento para catadores seriam milhares de pessoas beneficiadas, gerando empregos para pessoas de baixa renda dos territórios periféricos, ao invés de estender a concessão para uma empresa milionária". Comenta sobre a ausência da fiscalização no Brasil. Destaca que o incinerador de Joinville quebrou e provocou barulho e fumaça e qualquer problema que houver na combustão poderá trazer um gás perigosíssimo para a população. Argumenta que há contradição no fato de trazer uma tecnologia utilizada na Europa há vinte anos e que em outros países estão fechando esses incineradores e que "esses países vão vender para a parte

sul do Globo, trazendo poluição para nós". Enquanto moradores, destaca que são contra os incineradores de lixo na cidade, os gases geram vinte vezes mais gás carbônico na atmosfera e isso vai contra a COP 30. Conclui que não dá para decidir e aprovar um relatório considerando que os Conselheiros não leram e não debateram com ninguém e deve haver mais transparência e democracia no processo.

Carlos, da Loga, se pronuncia dizendo que as informações expressas não são verdadeiras. Sobre a tecnologia, comenta que dezenas de unidades estão em construção na Europa e as que operam há mais de vinte anos e que nunca apresentaram problemas na emissão e que não podem usar como exemplo o caso de Joinville, que é outra tecnologia e nem poderia ser chamada de URE, que é um conceito e para efetivamente ser chamada assim tem que seguir todas as normas, principalmente no estado de SP, que é muito mais restritivo.

Mauro Haddad acrescenta que a empresa que instalou o incinerador em Joinville, procurou a cidade de São Paulo e a tecnologia não foi aceita aqui porque não apresentam tecnologia suficiente, destacando que o que está sendo trazido para cá é o que há de mais moderno na gestão de resíduos sólidos e não poluição, além de viabilizar a recuperação energética.

Carlos complementa que não há problemas com catadores e existe um programa para incentivar as cooperativas. O que há é um sistema que envolve reciclagem, compostagem, biossecagem e a geração de energia. O nível de exigência aumentou e estava prevista a possível prorrogação da licitação por mais vinte anos, gerando compromisso; o nível de investimento é alto, seguindo a legislação para operar de forma contínua.

Bruno, morador do Morro Doce, formado em geografia, inicia sua fala comentando a política pública tem que ser formada a partir do território, a periferia está graduada e sabe interpretar leis e sabe lutar pelos seus direitos. Começa pela denúncia de financiamento de campanhas, sendo a Loga acusada por diversos crimes ambientais fora do estado de SP, casos de corrupção e muito preocupa a transparência do processo de decisão, do executivo, do

legislativo, da população e da transparência do dinheiro. Comenta que a participação da economia do território não deveria vir de uma multiempresa que controla o mercado de limpeza urbana no Brasil, envolvida em diversos esquemas de corrupção. Relembra a obra do Rodoanel, iniciada em 1998, que gerou grande impacto ambiental e fala sobre a falta de compensação ambiental e social e existem casos na justiça até hoje, com casas retiradas e sem indenização satisfatória. Fala sobre a COP 30, que está sendo muito debatida e sobre o racismo ambiental, comentando o relatório da Rede Nossa São Paulo, onde a expectativa de vida do Distrito Anhanguera passou de 58 para 62 anos e destacou que na periferia "vive-se menos e sofre mais", sendo legítimo a população questionar. Argumenta que todos sofrerão impacto e a preocupação com dinheiro é justa, ainda mais tratando-se da existência de uma máfia no debate de engenharia ambiental e sanitária e de uma Prefeitura que possui pouca transparência a política pública é lenta.

Pergunta por que o antigo lixão da Vila Leopoldina, ao lado do parque da Sabesp, na marginal, corredor de fluxo importante não poderia ser colocado esse incinerador de grande tecnologia. Perus contribui muito com o aterro e se preocupa com a questão ambiental. A região é onde o salário é baixo e a produção de lixo é baixa, salário mínimo produz o mínimo e o lixo vai para o território periférico. Fala sobre a CPI que está na Câmara questionando habitação social em Perus. Em algum momento existe uma falha no relatório que menciona que ainda vai ter uma avaliação territorial e se haverá essa avaliação, qual é o terreno que será utilizada esse incinerador da marginal para dentro.

Thaís, ouvinte e integrante da Associação Quilombaque, começa sua fala pedindo seriedade para a equipe do RVS e que não haja restrição às falas da comunidade e da academia, pois não estão sendo geradas *fake news*, os dados que estão trazendo são de bibliografias que colocam esse tipo de empreendimento como a URE. "Não estamos questionando a reciclagem, daí a empresa usa e mascara para a população que quer ter o lixo retirado de frente de casa e utiliza a reciclagem como modo operante". Comenta que é química e é doutoranda em bioenergia e comenta que "a URE não conversa com tecnologias

que sejam renováveis e limpas, é uma falácia, um descaso. Daí quando o representante da Loga traz que é uma confusão e a população não conhece essa tecnologia, é um preconceito epistemológico e que os moradores não estão a par dessa tecnologia. Quando você traz a confusão e descreve numa nota para a imprensa que os moradores não conhecem, você comete um descaso ao desconhecimento técnico dos moradores. Estamos falando de pessoas, os nossos filhos e as crianças do bairro também precisam de respeito. Estamos fazendo denúncias em nível federal, internacional, porque tem território indígena a menos de 7 quilômetros do empreendimento, Unidades de Conservação muito próximos do empreendimento. Consideramos um retrocesso trazer tecnologias repudiadas para ampliar o mercado aqui no Brasil. A insistência de colocar outro incinerador, pois mesmo que haja continuidade no processo, ele incinera lixo e é evidente o que as pessoas já viveram com o incinerador. Tem orgulho do território e precisamos falar sim sobre palavras e rememorar o que as pessoas já viveram com incinerador, de um bairro que há 27 anos e também em 2000 insistem em trazer esse empreendimento para Perus."

Thaís parabeniza o projeto Refúgio de Vida Silvestre no território e pede seriedade da governança do Refúgio e que não deixem que o mercado financeiro e uma empresa coloque isso como verdade. Pede para que façam uma reunião sem a presença da concessionária, com a sociedade civil e a academia e as pessoas que estão parabenizando esse processo poderão ter a visão e fazer o papel cidadão de ver as versões e poder opinar. Concluí sua fala, reforçando a necessidade de seriedade e diálogo e não com tempo demarcado.

Márcio comenta se o empreendimento não é um incinerador, mas ao mesmo tempo vai queimar, é sim um incinerador.

Maria Alice, ouvinte que integra o CADES Perus disse que o projeto prevê resíduos sólidos urbanos e questiona se as crianças, os restaurantes sabem disso e comenta que em algumas cidades existe a emissão de partículas finas. Questiona se esse equipamento vai dar conta de garantir a diminição desse tipo de partícula fina para não ser lançado para a

atmosfera, o lixo doméstico é diferente, com protocolos de Kyoto por ser trabalhados de diferentes maneiras. Existe esse protocolo?

Carlos diz que sim e que São Paulo possui um protocolo é mais restritivo do que o Conama Brasil e vão ter que seguir esse protocolo.

Valdecir, ouvinte, pergunta se há algum estudo e se vai ser apresentado à população a relação custo-benefício entre a emissão de carbono e a de metano, que pode ser mais nocivo, e que tipo de gás vão sair das chaminés, porque tem a filtragem e os processos químicos dentro das UREs e se isso vai ser demonstrado à população.

Carlos comenta sobre a EPA americana (Agência de Proteção Ambiental) identificou que a queima de fogos de artifício, em 20-30 minutos no fim de ano, é maior do que uma URE operando por um ano. A Loga segue a legislação n° 079, que tem exigência muito alta e que não há outro equipamento ou indústria com esse tipo de exigência. O nível de emissão é tão baixo que tem que estar com todo o sistema de sensores para conseguir atender e isso tudo consta dos compromissos junto à Cetesb.

Após os questionamentos e esclarecimentos, Anita diz que terminaram as perguntas e as/os conselheiras/os receberam o relatório por e-mail e a proposta é expor os principais aspectos do relatório técnico. Explica que quando a divisão recebe um EIA/RIMA realiza a consulta a outros setores técnicos da SVMA e as análises incorporadas ao parecer da Divisão, explicando a certificação de uso do solo feita pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental.

Sirlei questiona a parte do relatório que fala que os conselheiros do RVS fizeram a proposta do parque linear e esse assunto não passou pelo Conselho e foi acordado na reunião que essa parte do relatório será retirada.

Anita dá continuidade a explicação sobre a consulta à Divisão de Fauna Silvestre a respeito dos agravos em relações a impactos sobre a fauna; também sobre a consulta à Divisão do Herbário Municipal, que também foi consultado e que foram propostas medidas

mitigatórias como a qualidade do ar e lugares de monitoramento, próximo à população e ao CeMaCAS, e que deveriam ser instalados imediatamente, antes da operação do empreendimento. Sobre a compensação ambiental, segundo o empreendedor custa R$ 1,5 bilhão e quem define a destinação de 0,5% é a Cetesb e a Divisão de Gestão de Unidades de Conservação solicita que o recurso seja destinado à ampliação do RVS, envolvendo a desapropriação de uma área de alta fragilidade e com focos de incêndios, alcançando inclusive o leito do Rio Juqueri.

Maurício comenta sobre o Plano de Manejo do RVS Anhanguera e que a unidade faz limite com três municípios, Caieiras, Cajamar e Santa do Parnaíba, e que existem vários empreendimentos previstos na região. Explica sobre o Plano de Manejo e a Zona de Amortecimento do Refúgio, que chega até o Parque Estadual do Jaraguá, envolvendo as bacias de drenagem que seguem para o Refúgio e na parte leste envolvendo grande parte de áreas do Distrito de Perus, no limite do Parque Linear Ribeirão Perus e chegando na Borda da Cantareira, em áreas previstas para ampliação e criação de áreas protegidas. Reforça que faz parte do entendimento de uma unidade de conservação de proteção integral, trabalhar o entorno, que deve buscar uma relação de boa vizinhança.

Sobre o relatório, Maurício explica que o processo foi aberto pela presidente anterior do Conselho enviado para outras divisões e coordenadorias, além da análise pela equipe da DGUC. O documento apresenta, ao final, medida compensatória e medidas mitigatórias, incluindo medidas de outras divisões, principalmente protetivas, formuladas pela Divisão de Fauna.

Mário pergunta quando serão realizadas as audiências públicas.

Anita comenta que o empreendedor que tem que explicar sobre a as audiências e esclarece que existem três manifestações da SVMA que são obrigatórias: uma que já aconteceu relacionada ao uso do solo, reproduzida no relatório; outra do órgão ambiental, a SVMA, envolvendo a coordenação de licenciamento ambiental que fez uma manifestação,

pedindo complementações que a Loga apresentou e em geral, após o Conselho se manifestar. Quem aprova o empreendimento, em primeira instância é o Estado, pela tipologia do empreendimento. O momento atual é de apresentar a manifestação desse conselho consultivo sobre o empreendimento, esclarecendo sobre a importância dessa manifestação: "Se ela acontece num momento em que o licenciamento ainda não se manifestou, a garantia de que essas nossas complementações sobre compensação e mitigação serão incorporadas no parecer da CETESB, autorizando ou não o empreendimento. Iremos submeter o relatório à votação, conforme o regimento interno, dentro da composição bipartite e votaremos a aprovação dessa manifestação. Isso foi pedido à Secretaria, pelo fato de o conselho ser consultivo de não haver um parecer favorável ou desfavorável ao empreendimento, mas podem constar no parecer o que entendemos como medidas compensatórias e mitigatórias".

Thais argumenta que por se tratar de uma proposta de relatório, não faria mais sentido a construção desse relatório pelos conselheiros e solicita que o relatório não seja votado da maneira que foi escrito e que os conselheiros tenham possibilidade de ler e incidir sobre essa proposta para votação.

Cleiton pergunta qual o prazo para apresentar o relatório, pois ficaram sabendo na última reunião de que seria instalado uma URE aqui na região e pergunta porque tanta pressa para apresentar o relatório. Propõe marcar uma reunião extraordinária para debater o relatório, que chegou na sexta-feira por e-mail e "(...) domingo querem que a gente tenha lido e entendido as coisas, não faz sentido isso. Ainda mais receber o empreendimento aqui para ver o negócio, então vamos marcar uma reunião extra, vamos debater e sentar nós, uma vez que somos o conselho escolhido pela comunidade".

Joaniro comenta que tem que haver uma votação para ver se vai haver uma reunião extraordinária.

Anita então comenta que vai ler as recomendações e a orientação é que saia com o relatório, aprovado ou não.

Cleiton faz uma crítica de como ler um relatório de 50 páginas em pouco tempo e ninguém conseguiu ler de sexta-feira até domingo e deu quase o teto da reunião. Mário comenta que o relatório chegou na sexta e ninguém conseguiu ler para votar no domingo.

Tiago comenta que o horário da reunião foi estendido para abrir as falas da sociedade civil e do Conselho gestor e pedem para as pessoas ouvirem a fala do Maurício e pede tolerância para ambos os lados. Será uma apresentação breve do relatório e depois volta para a discussão se vota ou não hoje o relatório.

Maurício inicia a fala, fazendo um resumo do relatório, começando pelo Item I - Apresentação, que trata sobre manifestação técnica sobre o estudo de impacto ambiental do empreendimento unidade de recuperação energética – URE Bandeirantes, inserido na Zona de Amortecimento do RVS, conforme o Plano de manejo da unidade, aprovado pela resolução CADES de setembro de 2024, com a seguintes premissas legais:

1) relacionada ao Artigo 36 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que fala sobre medida compensatória de obras e empreendimentos sujeitos a estudos de impacto ambiental; e a resolução CONAMA 428, que fala sobre o montante de recursos relacionados à compensação e a necessidade de submeter ao órgão responsável ao órgão responsável pela gestão da unidade de conservação; e

2) quanto ao Conselho Gestor, também tem no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dentre as competências do conselho: “manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos”. O que é a zona de amortecimento “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

O item II do relatório traz uma síntese dos dados gerais sobre o empreendimento: do que se trata, de uma área diretamente afetada, uma área indiretamente afetada, sendo que a URE está localizado no aterro chamado Ecoparque, processo da URE relacionado a outros processos de licenciamento: central mecanizada de triagem, unidade de biossecagem, unidade de biodigestor, usina de compostagem e o Incinerador de resíduos de Serviço de Saúde. Também é incluído um apontamento sobre uma unidade fotovoltaico que está previsto. Sobre a capacidade total de tratamento entre 1.000 e 1100 toneladas; investimento de R$1,5 bilhões; geração de trabalho inicialmente entre 30 a 50 trabalhadores, ao longo das obras entre 100 e 200 e alcançando 350 pessoas nos períodos de maior demanda; sobre o programa de compensação ambiental está sujeito à definição da CETESB, considerando a existência de outras unidades de conservação na região. O EIA/RIMA conclui sobre a viabilidade do empreendimento.

No item III do relatório é feita uma contextualização do empreendimento em relação ao Refúgio Anhanguera, explicando que o empreendimento está localizado no setor 1 da zona de amortecimento, que inclui os parques propostos, áreas de Mata Atlântica, incluindo corredores ecológicos previstos no PMMA. O item IV traz as análises das divisões técnicas, reproduzindo os pareceres técnicos dessas divisões e coordenações, conforme comentado anteriormente. Destaca as medidas protetores e mitigatórias da Divisão de Fauna e também do Herbário. Por fim, no item V são feitas as considerações sobre a medida compensatórias e medidas mitigatórias.

Sirlei comenta sobre a manifestação e recomendação que a CPA não se opõe a proposta do empreendimento e Anita explica que essa manifestação independente de outro setor, não é da Divisão de Gestão de Unidades de Conservação.

Maurício prossegue a apresentação do item V do relatório, que traz as considerações específicas do Refúgio Anhanguera, realizando a leitura, transcrita a seguir, trazendo alguns esclarecimentos

V. PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS E MITIGATÓRIAS

A partir das análises técnicas realizadas apresentam-se propostas de medidas compensatórias e mitigatórias relativas ao empreendimento URE Bandeirantes, a partir das análises realizadas por esta DGUC e outras divisões técnicas da SVMA e respaldadas no Plano de Manejo do RVS Anhanguera.

V.1. Medida compensatória

Destinação de recursos para aquisição de imóveis em áreas previstas para ampliação do RVS Anhanguera, inseridas nos decretos de utilidade pública (DUPs), instituídos em 2024, e em estudo fundiário, previstas no Plano de Manejo da unidade, destacando-se a área limítrofe ao norte e noroeste do Refúgio e que faz divisa com os municípios de Caieiras, Cajamar e Santana do Parnaíba. Destaca-se a necessidade de cumprimento desta compensação até a emissão da licença de operação (LO) do empreendimento, sendo a responsabilidade pela aquisição dos imóveis da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP)

Maurício explica o porquê da compensação atrelado à Licença de operação, que visa garantir que a medida seja efetivada e não postergada. Também esclarece e que 0,5% do valor de empreendimentos de alto impacto ambiental, conforme o artigo 36 do SNUC, tem que ser destinados para unidades de conservação afetadas pelo empreendimento. Continuando a leitura:

V.2. Medidas mitigatórias

Seguem propostas de medidas relacionadas aos impactos mitigáveis, relacionadas aos planos e programas ambientais do empreendimento URE Bandeirantes:

1. O empreendedor deverá promover ações de esclarecimento sobre o empreendimento URE Bandeirantes para a população local, inclusive no Parque Anhanguera, de forma a tornar o processo mais transparente e considerando o histórico de conflitos relativos ao Aterro Bandeirantes.
2. Conforme consta na Carta LOGA PRE 26548/2025, o projeto do empreendimento prevê:

"(...) a implementação de um parque linear de aproximadamente 32. 300m2, o qual terá a função ambiental e social de atender as demandas das comunidades do entorno do aterro, oferecendo equipamentos de esporte, lazer e acesso da comunidade a principal via do bairro (Av. Mogeiro), por meio de uma via de passagem, que atualmente não existe, naquela comunidade. 0 Anexo 1 apresenta a proposta do parque linear.".

Reiteramos a premência de implantação do parque linear referido, de forma a atender a população local, incluindo a instalação de equipamentos como quadra poliesportiva, brinquedos para crianças e equipamento de ginástica e pista de caminhada, entre outros.

3. Como ação permanente, no tempo de operação da URE Bandeirantes, o empreendedor deverá viabilizar a contratação de 02 monitores ambientais (ou condutores ambientais), para realizarem atividades de apoio à Educação Ambiental e apoio à pesquisa no RVS Anhanguera, sob a gestão da SVMA/CGPABI/DGUC.

Maurício esclarece sobre o contrato que existe hoje nos parques naturais abertos à visitação pública, de contratação de dois condutores ambientais e a proposta que seja nos mesmos moldes para o Refúgio.

Tal medida se justifica, pois, a produção, tratamento de RSU e de saúde é entendida como uma temática permanente a ser tratada junto aos visitantes e comunidades vizinhas ao RVS Anhanguera, de forma a sensibilizar tal público sobre a importância de se reduzir a geração de resíduos e sua correta separação e destinação, na medida que temos um empreendimento que faz o processamento de resíduos na ZA do Refúgio.

Maurício acrescenta, em sua fala sobre o item 4, da existência de uma cooperativa de catadores em Perus – Magnificat: Mulheres em Ação, que integra o cadastro do programa SP COOPERA, vinculado a SMDET (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho).

Thais comenta sobre a necessidade de desburocratizar o processo para que essas cooperativas que existem, mas estão na ilegalidade possam ser cadastradas.

4. Apoiar o Comitê Intersecretarial da Política de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – CGIRS, instituído pelo Decreto Municipal nº 63.113/2024 e coordenado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, na implantação e fortalecimento de cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região dos distritos de Perus e Anhanguera.

5. Instalação de equipamentos de medição da qualidade do ar e de ruídos no trecho leste o RVS Anhanguera, em torre existente no Morro do Urubu e próximo ao CeMaCas, se ficar demonstrada a necessidade, no processo de licenciamento, conduzido pelo órgão ambiental estadual de licenciamento. Além disso, o empreendedor deverá enviar relatórios periódicos à SVMA para acompanhamento.
6. Caso sejam identificados impactos sobre a saúde decorrentes de implantação e funcionamento do referido empreendimento, apontados no Programa de Gerenciamento de Risco, recomendamos a avaliação da pertinência pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS quanto a implantação de Unidade de Saúde na região a ser operada por esta Secretaria.
7. Apoiar a Subprefeitura de Perus/Anhanguera com ações de melhoria para a limpeza do curso do Ribeirão Juqueri, ação prioritária do Plano de Manejo da unidade e encaminhada ao Subcomitê Juqueri-Cantareira, por meio de representantes desta pasta.

   Além das medidas ora apresentadas, é importante que sejam incorporadas as medidas mitigatórias expressas pelas divisões técnicas da SVMA, constantes do item IV deste relatório

Sirlei comenta que o relatório apresenta medidas mitigatórias que expressa a aprovação do empreendimento.

Maurício comenta que, pelas informações que o EIA/RIMA, o empreendimento não trará impacto direto sobre a Unidade de Conservação.

Sirlei comenta que a EIA/RIMA traz não tem comparação com nada e estamos perto de uma área de conservação e não tem sentido fazer primeiro aqui na região de Perus.

Anita apresenta o seguinte encaminhamento de votação: aprovar o relatório hoje ou realizar uma reunião extraordinária. Em seguida faz uma leitura da lista de presença de representantes da sociedade civil e do poder público, titulares e suplentes, com a identificação de cada pessoa, explicando que votam os titulares e na falta destes, votam os suplentes.

Thais comenta que “essa votação é para saber se o processo vai ser democrático ou não” e reforça sobre a necessidade de apresentar uma outra versão. Anita afirma que se trata de democracia para avaliar se haverá votação ou não. Mário complementa e pede para aos conselheiros e conselheiras “ponham a mão na consciência e pensem na transparência do processo e que possamos debater mais”.

Anita solicita para os Conselheiros permaneçam na sala para registrar o voto do parecer e prossegue com a votação, com o seguinte resultado: 11 (onze) conselheiras/os favoráveis à aprovação ou não do relatório na presente reunião; 04 (quatro) conselheiras/os desfavoráveis à aprovação ou não do relatório na presente reunião.

Cleiton pede para que haja mais tempo debater e ler o relatório. Tiago comenta que as decisões do Conselho serão registradas em ata. Thais acrescenta então que vai judicializar a gestão do Refúgio e Cleiton diz que é um atropelamento do processo.

Anita retoma a fala, respondendo sobre as audiências públicas: “Quem conduz e quem vai entregar a licença ao empreendedor é a CETESB, não somos nós. A audiência pública é um espaço aberto e essa mesma apresentação será feita na reunião do Cades de Perus, que não tem o poder de manifestação no âmbito do licenciamento. A resolução Conama, que é federal, regula como acontecem esses procedimentos e a DGUC está trazendo um parecer técnico do empreendimento e a expectativa de as solicitações do relatório sejam incorporadas pelo licenciamento ambiental da Secretaria, que junto à CETESB vai emitir a licença do órgão ambiental local, a CLA - Coordenadoria de Licenciamento Ambiental, vinculada a SVMA.

Tiago diz que o importante do relatório é que “o Conselho não tem poder de vetar o empreendimento, mas de mostrar as ações mitigatórias e se não enviarmos essas medidas, esse empreendimento pode sair sem as nossas manifestações e daí a importância desse relatório ir para o licenciamento”.

Thais reitera o pedido para que seja realizada outra reunião para decidir sobre outras ações mitigatórias. A reunião do Conselho era para a Loga apresentasse o projeto e não para acrescentar ações mitigatórias no relatório, com pontos de vistas de conselheiros que não estão no relatório e que poderiam contribuir com outras pautas.

Anita diz que a maioria dos Conselheiros quis votar na presente reunião e encaminha a votação sobe a aprovação ou não do relatório. Solicita que conselheiros ou os suplentes votem, conforme a relação de conselheiras/os presentes, transcrita a seguir (ver Anexo I).

Sociedade Civil:

Dsordes Benedito Marcondes: Contrário

Sandra Boer Taets: Favorável

Daiana Faustino Moura: Favorável

Joaniro Amancio Pereira: Favorável

Poder Público:

Instituto Embu de Sustentabilidade – Marco Antonio de Souza Martins: Favorável

Associação Comunidade Cultural Quilombaque – Cleiton Ferreira de Souza: Contrário

Sociedade Civil:

Maria Ivone da Silva: Contrário

Mariana Sousa Silva: Favorável

Sirlei Bertolini: Contrário

Luisa Silva Rafacho: Contrário

Poder Público:

Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - CGPABI - DGUC: Maurício de Alcântara Marinho: Favorável

Subprefeitura de Perus: Paulo de Oliveira Pereira: Favorável

SVMA – Trabalhadores do RVS Anhanguera: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Chaves: Favorável

Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – DFS: Felipe Almeida Lucato: Favorável

Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – DGPU: Valter José de Lima: Favorável

SMSU: José Carlos da Silveira Bastos: Favorável

Maurício anuncia a contabilização de votos, que foram cinco contrárias e dez favoráveis ao parecer técnico da Divisão da Gestão de Unidades de Conservação, que apresenta os condicionantes do empreendimento, com medidas compensatórias e mitigatórias. Reforça que presente reunião do conselho não é uma audiência pública e ainda terão as reuniões do CADES Perus e audiência pública e outros processos relacionados ao empreendimento. Nas reuniões do conselho gestor do RVS, inclusive previstas no Plano de Manejo, o Conselho precisa procurar, de alguma forma acompanhar as ações previstas, dentro do Refúgio e na Zona de Amortecimento e agradece a presença de todas e todos.

Anita complementa que será mandado um texto final do relatório que foi votado e a ata dessa reunião, constando tudo que foi dito e entra no nosso processo de manifestação que foi autuado com a solicitação do empreendedor, solicitando a manifestação do Conselho.